

Neste domingo (24.11), cerca de 20 mil pessoas devem ir às urnas para escolher os novos conselheiros tutelares do município de Olinda. As eleições serão realizadas, das 8h às 17h, em 12 locais de votação. Ao todo, 24 candidatos concorrem a dez vagas de conselheiros tutelares. Outros dez ficarão como suplentes. Os eleitos ficam no cargo para um período de 4 anos e tomam posse no dia 10 de janeiro de 2020.

Após o encerramento do horário eleitoral, as 72 urnas serão encaminhadas à Vila Olímpica, em Rio Doce, onde será realizada a apuração dos votos, que começará às 19h e se estenderá até o fim dos trabalhos, com a proclamação do resultado. Todo processo será acompanhado por membros do Ministério Público, pelos próprios candidatos e seus fiscais indicados.

Os locais de votação foram divididos de acordo com as Regiões Político-Administrativa (RPA) da cidade. Todo eleitor devidamente apto junto à Justiça Eleitoral pode votar. Para exercer este direito, é preciso apresentar título de eleitor (ou comprovante de votação da última eleição) e um documento original com foto. O processo é realizado em cédula de papel, na qual haverá o nome e o número de todos os candidatos.

O processo segue os mesmos modelos de uma eleição geral, ou seja, é proibido fotografar a urna ou identificar o voto. A propaganda eleitoral também só fica permitida até às 23h59 do sábado (23). No domingo, dia da eleição, não será permitida boca de urna, aglomerações ou padronizações em prol de qualquer candidato.

Um efetivo de 60 homens da Polícia Militar estará dividido pelos locais de votação, junto aos agentes da Guarda Municipal de Olinda, para garantir a lisura do processo, assim como o ordenamento.

O presidente da Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Olinda (Comdaco), Júlio Cesar Casimiro Corrêa, convoca a população para que exerça seu direito e escolha os novos conselheiros. “A

eleição dos Conselheiros Tutelares é por demais importante. São eles os responsáveis pela proteção e pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes que se encontrarem em situação de vulnerabilidade nas comunidades e no próprio meio familiar. Inclusive, são os conselheiros que fazem o acompanhamento das crianças junto ao Judiciário e aos órgãos de defesa existentes no município”, afirma Júlio Cesar.